- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o **CADERNO DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- No **Caderno de Texto Definitivo**, a presença de qualquer marca identificadora nos espaços destinados à transcrição dos textos definitivos acarretará a anulação da sua prova discursiva. Caso queira assinar o texto de sua peça de natureza técnica, utilize apenas o nome **Analista de Apoio ao Controle Externo**. Ao texto que contenha outra forma de assinatura será atribuída nota zero, correspondente à identificação do candidato em local indevido.
- Na peça de natureza técnica, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **20,00 pontos**, dos quais até **1,00 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado). Em cada uma das questões discursivas, esses valores corresponderão a **10,00 pontos** e **0,50 ponto**, respectivamente.

-- PROVA DISCURSIVA --

Peça técnica

O presidente do tribunal de contas do estado X (TCE/X) encaminhou à assessoria jurídica processo administrativo instruído com minuta de protocolo de intenções para a constituição do Consórcio Interestadual de Tribunais de Contas para a Inovação. O consórcio seria constituído como associação pública, nos termos da Lei federal n.º 11.107/2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos. Sua finalidade seria desenvolver e manter uma plataforma de auditoria baseada em inteligência artificial, de uso comum dos consorciados.

A minuta prevê que:

I. os consorciados serão os próprios tribunais de contas de oito estados. Assim, o TCE/X, órgão do estado X, figurará diretamente como consorciado, e não o estado X, pessoa jurídica de direito público;

II. o protocolo de intenções será subscrito pelo presidente do TCE/X e produzirá efeitos desde logo, sem lei estadual que o ratifique;

III. o representante legal do consórcio será um conselheiro, eleito pela assembleia geral entre os presidentes dos tribunais consorciados;

IV. o próprio protocolo de intenções fixará contribuição mensal de R$ 80.000,00 por tribunal. O valor será transferido diretamente do orçamento de cada tribunal ao consórcio, sem celebração de contrato de rateio.

A Secretaria de Gestão do TCE/X manifestou-se favoravelmente à adesão e sustentou que ela dispensa lei. Segundo a Secretaria, o Supremo Tribunal Federal considera inconstitucional condicionar a celebração de convênios à aprovação do Poder Legislativo, por ofensa à separação dos Poderes. A Secretaria alegou também que exigir lei violaria a autonomia administrativa do tribunal.

Considerando a situação hipotética apresentada, redija, na qualidade de analista da assessoria jurídica do TCE/X, parecer jurídico acerca da proposta de adesão do tribunal ao consórcio. Em seu parecer, aborde, à luz da Constituição Federal de 1988 e da Lei n.º 11.107/2005, os seguintes aspectos: (i) natureza jurídica do consórcio público e possibilidade de o TCE/X figurar diretamente como consorciado; (ii) possibilidade de o consórcio ser representado por conselheiro; (iii) requisitos para a constituição do consórcio público e procedência ou não do argumento da Secretaria de Gestão; (iv) forma como deve ocorrer a entrega de recursos no consórcio público; (v) alternativa juridicamente viável para o objetivo pretendido. Dispense o relatório e não crie fatos novos.

PEÇA TÉCNICA – RASCUNHO 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

PEÇA TÉCNICA – RASCUNHO 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO

Questão 1

O estado X, no intuito de promover a reestruturação das contas públicas, implementou as seguintes medidas:

(A) alienou diversos prédios públicos e destinou a totalidade das receitas obtidas para o pagamento de despesas correntes de manutenção e custeio de suas secretarias de estado;

(B) unificou, em uma única conta corrente bancária mantida em instituição financeira privada, tanto o caixa geral da prefeitura quanto os recursos do regime próprio de previdência social (RPPS) dos seus servidores, tendo, ainda, utilizado os recursos do RPPS para conceder empréstimos consignados com juros favorecidos aos servidores públicos segurados; e

(C) expropriou um imóvel urbano por utilidade pública, efetuando a imissão imediata na posse, com o agendamento do depósito judicial do valor da indenização para o exercício financeiro seguinte, a fim de garantir o fluxo de caixa do ente público.

Considerando a situação-problema apresentada, redija, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), na Constituição Federal de 1988 e no entendimento jurisprudencial do STF, texto dissertativo analisando a legitimidade da medida A [**valor: 2,25 pontos**], a legitimidade da medida B [**valor: 5,00 pontos**] e a legitimidade da medida C [**valor: 2,25 pontos**].

QUESTÃO 1 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

Questão 2

Certo município do estado X recebeu, em 2025, R$ 1.500.000,00 a título de participação no resultado da exploração de gás natural em seu território (*royalties*). Os valores foram creditados diretamente ao município. Diante de indícios de irregularidades na aplicação desses recursos, o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou a realização de auditoria no município, sob o fundamento de que o gás natural é bem da União. Paralelamente, o tribunal de contas do estado X determinou a instauração de tomada de contas especial para apurar o dano ao erário e identificar os responsáveis, e, ao final, imputou débito e aplicou multa ao prefeito, que havia ordenado pessoalmente as despesas. O prefeito impugnou a decisão, alegando que somente a câmara municipal teria competência para julgar suas contas, razão pela qual o tribunal de contas do estado X não poderia lhe imputar débito nem lhe aplicar multa.

Considerando a situação-problema apresentada, redija um texto dissertativo acerca da fiscalização dos recursos recebidos pelo município em questão. Em seu texto, aborde os seguintes aspectos:

1 a natureza jurídica dos *royalties* recebidos pelo município; [**valor: 2,50 pontos**]
2 o tribunal de contas competente para fiscalizar a aplicação desses recursos, bem como a procedência ou não do fundamento invocado pelo TCU; [**valor: 3,50 pontos**]
3 a procedência ou não da alegação do prefeito. [**valor: 3,50 pontos**]

QUESTÃO 2 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO